

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA: TEMAS EMERGENTES PARA A EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI

Idenir Bruna Resendes de Souza <sup>1</sup>

Elisregina Vieira <sup>2</sup>

Janaina Preve Costa <sup>3</sup>

Maria Edinéia Faust <sup>4</sup>

Rosiana Tais Andreolla <sup>5</sup>

Flávia Wagner - Orientadora <sup>6</sup>

### RESUMO

O projeto de extensão internacional “Formação continuada para professores: temas emergentes para a educação inclusiva do século XXI” é fruto de uma parceria entre a Universidade do Sul de Santa Catarina e a Universidad Blas Pascal, da Argentina. A iniciativa teve como objetivo promover o diálogo entre universidades e escolas, fortalecendo comunidades virtuais de aprendizagem por meio da produção de cursos de curta duração voltados à formação continuada de professores da educação básica. A proposta fundamentou-se em documentos internacionais, como o relatório “Reimaginando nosso futuro juntos: um novo contrato social para a educação”, estabelecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 2021 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com o foco no objetivo 4 – educação de qualidade, estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015. Participaram do projeto duas professoras universitárias, 20 estudantes de graduação dos cursos de psicologia e pedagogia, 7 monitoras e 20 professores da educação básica de ambos os países. O projeto foi dividido em duas fases. A primeira envolveu os estudos iniciais sobre o cenário educacional dos dois países envolvidos. A segunda organizou os participantes em grupos para o planejamento das formações. Como resultado, chegamos à criação e execução de 3 formações para professores da educação básica, com os seguintes temas: (i) Educação e inclusão para pessoas com deficiência; (ii) Inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e (iii) Educação de jovens e adultos. As formações foram ofertadas em português e espanhol e contaram com vídeos, atividades práticas, entrevistas e materiais de apoio, sendo disponibilizadas on-line e amplamente divulgadas via YouTube. Como resultado o projeto fortaleceu a formação continuada docente e refletiu de forma crítica sobre a inclusão da educação básica, promovendo a emancipação estudantil no contexto da extensão universitária e do intercâmbio intercultural.

**Palavras-chave:** Formação continuada, Educação inclusiva, Educação básica, Educação de qualidade.

---

<sup>1</sup>Mestranda em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina - SC, [teacherbrunars@gmail.com](mailto:teacherbrunars@gmail.com);

<sup>2</sup>Doutoranda em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina - SC, [elisvieirapsicologa.1972@gmail.com](mailto:elisvieirapsicologa.1972@gmail.com);

<sup>3</sup>Doutoranda em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina - SC, [janapreve@gmail.com](mailto:janapreve@gmail.com);

<sup>4</sup>Mestranda em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina - SC, [edineiafaust@sed.sc.gov.br](mailto:edineiafaust@sed.sc.gov.br);

<sup>5</sup>Mestranda em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina - SC, [rosiandreolla@gmail.com](mailto:rosiandreolla@gmail.com);

<sup>6</sup>Professora orientadora: Doutora em Educação da Universidade de São Paulo - SP, [flv.wagner@gmail.com](mailto:flv.wagner@gmail.com).



## INTRODUÇÃO

A educação do século XXI enfrenta desafios que vão muito além da sala de aula tradicional. Inclusão, diversidade e o uso das novas tecnologias digitais se tornam pautas centrais para repensar os caminhos da formação humana e docente. Nesse contexto, o presente trabalho apresenta o relato da experiência educativa em um projeto internacional de extensão que tem como propósito debater com estudantes de cursos afins às Ciências da Educação do Brasil e da Argentina em torno das questões emergentes sobre a educação atual.

O projeto já conta com três edições (2023, 2024 e 2025), nesta edição de 2025, o projeto concentrou-se em três temas fundamentais sobre a educação inclusiva: (i) Educação e inclusão para pessoas com deficiência; (ii) Inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica/desfavorecidos economicamente e (iii) Educação de jovens e adultos. O objetivo desta aliança foi desenvolver um projeto de divulgação internacional voltado ao debate com professores do ensino fundamental de ambos os países acerca das questões emergentes na educação contemporânea. Para tanto, tomamos como referência dois documentos fundamentais para debater o cenário da educação mundial: o relatório da UNESCO “Reimaginar juntos nosso futuro: um novo contrato social para a educação”, publicado em 2021, fruto de uma ampla consulta global sobre os rumos da educação até 2050; e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), adotados em 2015 pela Assembleia Geral da ONU, como continuidade dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e consolidados na Agenda 2030.

Segue o detalhamento da metodologia, o referencial teórico trabalhado, assim como os resultados com discussões, e por fim a considerações sobre o projeto de extensão.

## METODOLOGIA

O projeto configura-se como uma abordagem qualitativa, inspirada em pesquisa-ação, implicando em uma dinâmica reflexiva e colaborativa, onde planejamento, ação, observação e reflexão formam um ciclo contínuo, promovendo mudança e aprendizagem conjunta entre pesquisadores e participantes. Foi planejado e



oferecido um curso de formação continuada, com duração total de nove horas, para vinte professores da educação básica. Cada encontro foi planejado e ministrado por membros/extensionistas da Universidade do Sul de Santa Catarina e da Universidad Blas Pascal, mobilizamos e engajamos os estudantes nos cursos de extensão, tendo pelo menos trinta estudantes de graduação e pós-graduação matriculados no curso. Os estudantes foram protagonistas das ações de extensão desenvolvidas na formação continuada, ressaltamos conhecimentos e potencial individual criativo, autoral e crítico que contribuiriam com o coletivo.

As atividades formativas ocorreram em um ambiente virtual mediado por ferramentas como *Google Meet* e posteriormente transmitida via *YouTube*. Utilizamos outras plataformas interativas como *Mentimeter*, *Flippit*, *Padlet*, *Google Forms* e salas virtuais divididas para dinamizar as atividades.

Foram realizados dez encontros semanais às sextas-feiras, entre abril e junho de 2025, totalizando 20 horas de encontros síncronos. O curso foi desenhado para 120 horas de formação efetiva, este desenrolar temporal permitiu a alternância entre momentos de planejamento, execução e reflexão colaborativa.

#### Quadro 01 - Cronograma das Fases do Projeto de Extensão

Fase	Período	Atividade
<b>Fase 1: Formação com estudantes</b>	Março e Abril	Apresentação do Curso de Extensão; Criação da Comunidade de Aprendizagem através do grupo WhatsApp/ Conhecendo o grupo; Materiais e tarefas.
		Características das comunidades de aprendizagem e conceito e tipologias da formação continuada.
		O grupo de estudo como forma de formação continuada para a docência.
		Formatos de ambientes virtuais de aprendizagem; Metodologias ativas, estratégias de comunicação e ética em ambientes virtuais de aprendizagem.
		Temas emergentes: refletir sobre o próximo Plano Nacional de Educação Brasil e Argentina.



		Preparação da Formação Continuada (assíncrona).
<b>Fase 2: Intervenção na comunidade escolar</b>	Maio	Anúncio e prazo de inscrição.
	a	Formação continuada - Tema 1: Educação e inclusão para pessoas com deficiência.
	Junho	Formação continuada - Tema 2: Inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.
		Formação continuada - Tema 3: Educação de jovens e adultos.
		Avaliação do projeto de extensão e preparação do relatório final.

**Fonte:** Elaborado pelas Autoras/ 2025.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Este projeto contribui para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável proposta pela Organização das Nações Unidas. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) constituem um chamado mundial à ação para a educação latino-americana.

O objetivo é facilitar o acesso à formação profissional gratuita e, assim, empoderar os professores como profissionais intelectuais da educação. Dessa forma, pretendemos contribuir para o eixo 4 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Entre suas metas, podemos encontrar:

- **4.1.** Até 2030, assegurar que todas as meninas e todos os meninos terminem a educação primária e secundária, que deve ser gratuita, equitativa e de qualidade e produzir resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.
- **4.2.** Até 2030, assegurar que todas as meninas e todos os meninos tenham acesso a serviços de atenção e desenvolvimento na primeira infância e educação pré-escolar de qualidade, a fim de que estejam preparados para o ensino primário.



- **4.3.** Até 2030, assegurar o acesso igualitário de todos os homens e mulheres a uma formação técnica, profissional e superior de qualidade, incluindo o ensino universitário.
- **4.4.** Até 2030, aumentar consideravelmente o número de jovens e adultos que possuem as habilidades necessárias, em particular técnicas e profissionais, para acessar o emprego, o trabalho decente e o empreendedorismo.
- **4.5.** Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e assegurar o acesso igualitário a todos os níveis de ensino e formação profissional para as pessoas vulneráveis, incluindo pessoas com deficiência, povos indígenas e crianças em situações de vulnerabilidade. (2018, p. 27 e 28).

O último relatório da UNESCO, intitulado "Reimaginar juntos nosso futuro: um novo contrato social para a educação" (2021), elaborado pela Comissão Internacional sobre o Futuro da Educação, sob a direção da presidenta da Etiópia, Sahle-Work Zewde, convida governos, instituições, organizações e cidadãos de todo o mundo a conceber um novo contrato social para a educação que nos ajude a construir futuros pacíficos, justos e sustentáveis para todos.

O Relatório indica que devemos tomar medidas urgentes para mudar o rumo, pois o futuro das pessoas depende do futuro do planeta, e ambos estão em perigo. Para isso, propõe um novo contrato social para a educação, cujo objetivo é reconstruir nossas relações entre nós, com o planeta e com a tecnologia.

Sustentados em um referencial teórico sobre a aprendizagem em ambientes colaborativos, defendemos com Solórzano-Cahuana: "Neste espaço virtual, prevalece a transformação da prática pedagógica mediante o empoderamento e o uso adequado das tecnologias de informação e comunicação, promovendo aprendizagens significativas, ou seja, resgatando os saberes prévios com as novas aprendizagens."(2021, p.50).

### **Repercussões Sociais Previstas**

Para contribuir com a Agenda 2030, entendemos que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um chamado global à ação para melhorar a educação brasileira. O projeto além de facilitar o acesso à formação continuada profissional a custo zero, também empodera os professores como profissionais intelectuais da educação para pensar no futuro da educação brasileira, para provocar



mudanças que tenham impacto no aumento da qualidade do ensino. Neste sentido, o referido projeto contribui diretamente para o eixo 4 - educação de qualidade.

Proporciona formação de extensão para estudantes de graduação e pós-graduação, ajudando a integrar o conhecimento científico com a prática profissional no contexto escolar e social. Oportuniza contribuições e interação dialógica entre a universidade e a sociedade e vice-versa.

O projeto "Educação no século XXI" propõe um modelo inovador, internacional e comunitário, com forte impacto no contexto social e nas necessidades dos professores da educação básica de ambos os países (Argentina e Brasil).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado o projeto "Formação continuada para Professores: temas emergentes para a educação inclusiva do século XXI" propôs um modelo inovador, internacional baseado em comunidades de aprendizagem virtuais, com um forte foco no contexto social e nas necessidades de debater a educação inclusiva na educação básica em ambos os países (Argentina e Brasil). Além de potencializar a aprendizagem, também funciona como um exercício prático de inclusão, ao demonstrar que a valorização das diferenças pode ser operacionalizada no cotidiano educativo.

As atividades realizadas resultaram na produção de conteúdo de qualidade para auxiliar na formação continuada dos professores da educação básica. As etapas metodológicas orientadas pelas coordenadoras foram: seleção de um vídeo sobre o tema, o convite a pessoas externas, como profissionais da área da educação básica para trazer depoimentos sobre a realidade do tema nas escolas e ao final, todos os convidados receberam o certificado de participação.

Tema 1 - Educação e inclusão para pessoas com deficiência. A primeira formação continuada oferecida foi cuidadosamente planejada considerando a realidade da educação no Brasil e na Argentina. As monitoras realizaram estudos a partir do documento da UNESCO "Reimaginando nosso futuro juntos: um novo contrato social para a educação", centrando as discussões na educação de qualidade e inclusão de pessoas com deficiência no espaço escolar, o documento serviu como ponte para aproximação do debate acerca da inclusão no Brasil e Argentina. Em um segundo momento as monitoras buscaram informações a partir de dados estatísticos sobre a inclusão de pessoas com deficiência, a base de



dados utilizada foi o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de pessoas com deficiência que concluíram o ensino médio, assim, apenas 25,6% que chegaram à escola conseguiram concluíram o ensino médio (IBGE, 2023). Além da curadoria do material para desenvolvimento da capacitação, as monitoras foram responsáveis por convidar um profissional que trabalha com a educação inclusiva, no Brasil e Argentina, para relatar suas experiências práticas da educação inclusiva na sala de aula.

No que diz respeito às convidadas, a convidada Argentina, Giselle Bellén Maccario, professora universitária e docente da educação básica, relatou sua experiência junto a coordenadoria de acompanhamento escolar de pessoas com deficiência no centro de atenção à diversidade (CEIN). A convidada Brasileira, Nívea Silva Ponciano, que atua como coordenadora pedagógica na secretária Municipal de Educação de Mangaratiba, Rio de Janeiro, relatou sua experiência no atendimento a estudantes com deficiência na rede municipal de ensino, ambos os relatos serviram para concluirmos que o caminho para que a inclusão aconteça efetivamente é longo, mas avanços importantes já aconteceram e que para alcançarmos uma educação verdadeiramente inclusiva, precisamos investir na formação dos professores, adaptar os espaços escolares e principalmente, mudar a forma como vemos a diversidade.

Para fortalecer ainda mais as discussões e reflexões, foram apresentadas algumas legislações brasileiras que norteiam a educação especial, são elas: a Constituição Federal de 1988, que assegura o direito à educação para todos, a Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência- Lei nº13.146/2015) e o Decreto nº 6.571/2008, que trata do Atendimento Educacional Especializado (AEE), deste modo, os participantes tiveram a oportunidade de conhecer também a base legal do tema estudado. A formação incluiu ainda momentos de diálogo com o público convidado, possibilitando questionamentos e participação ativa de todos os envolvidos.

Tema 2 - Inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A segunda formação continuada também foi planejada considerando as realidades dos dois países, porém com o foco na promoção de práticas pedagógicas inclusivas e estratégias de ensino que atendam às necessidades de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, buscando o fortalecimento da equidade educacional e a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas.

Os estudos que contemplaram esta formação continuada foram os aspectos políticos, destacando-se em 1932 o Manifesto dos Pioneiros no qual umas das principais propostas do movimento foi a oferta de uma educação pública, gratuita, obrigatória e laica. Em o estudo da Constituição Federal de 1988 que garante a educação como direito de todos.



Durante o percurso formativo, também foram analisadas as diretrizes estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), que reforça a obrigatoriedade do Estado em assegurar igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, com especial atenção à inclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Nesse contexto, discutiram-se práticas pedagógicas que considerem as múltiplas dimensões da exclusão social e busquem estratégias concretas de acolhimento, valorização da diversidade e superação das desigualdades. A formação reforçou a importância do papel do educador como agente de transformação social, capaz de criar ambientes escolares mais justos, empáticos e sensíveis às realidades dos alunos.

Um dos questionamentos durante a preparação da formação, o que é pobreza? Barros e Mendonça (2002) definiu como: “a pobreza, não pode ser definida de forma única e universal, contudo pode-se afirmar que a pobreza refere-se a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico”.

A renda das famílias, em qualquer parte do mundo, sejam elas argentinas ou brasileiras, está diretamente relacionada com conceitos de desigualdade, exclusão social, pobreza, falta de qualidade de vida. No qual, um dos principais desafios para o processo de inclusão social está muito relacionado à questão de governo, ter boas políticas públicas de combate à pobreza. No Brasil em 2024 67,8 % da população vive em situação de vulnerabilidade socioeconômica. E na Argentina 41.5 % da população vive nesta situação.

Socializamos como as desigualdades afetam a educação no Brasil e na Argentina e o impacto no ensino-aprendizagem.

Depois de apresentar os dados estatísticos, os convidados foram desafiados a refletir sobre quais estratégias de inclusão podem utilizar em suas práticas pedagógicas, para auxiliar o aprendizado e o desenvolvimento das pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica .

Dessa forma, a formação continuada proporcionou um espaço de reflexão crítica e construção coletiva de conhecimentos, onde os participantes puderam reconhecer a complexidade da pobreza e seus impactos diretos na educação. Ao relacionar dados estatísticos com experiências práticas, foi possível compreender que a inclusão efetiva de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica exige mais do que boa vontade, requer o planejamento de ações pedagógicas intencionais, às realidades dos



alunos, e o fortalecimento de políticas públicas que garantam equidade. O compromisso com a justiça social na educação deve ser permanente, envolvendo toda a comunidade escolar na busca por uma aprendizagem significativa, transformadora e acessível a todos.

Tema 3 - Educação de jovens e adultos. Para a terceira e última formação, as ações planejadas envolveram estudos, diálogos e alinhamentos de conteúdos que contemplaram a formação dos professores, tendo como referência as políticas públicas e os contextos históricos dos países. Este trabalho aprofundou a compreensão sobre a EJA, com foco especial na participação e nas necessidades da população idosa, analisando seu contexto, estatísticas e as políticas públicas envolvidas.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é destinada a quem não teve acesso aos estudos na idade própria, ou mesmo quem não pode seguir no Ensino Fundamental ou no Médio - teve que parar de estudar. A EJA é oferecida nas modalidades presencial e à distância e é organizada em torno do exame ENCCEJA.

Pontos apresentados dos dois países citados: Brasil :EJA Na década de 1960, Freire é encarregado de organizar e desenvolver um Programa Nacional de Alfabetização de Adultos (PNAA). Argentina: o artigo 48 da Lei de Educação Nacional nº 26.206 (2006) estabelece os objetivos e critérios para a organização curricular e institucional do Programa de Educação Continuada de Jovens e Adultos.

A preocupação com a educação de adultos no Brasil remonta ao período colonial, mas ganhou contornos mais definidos a partir do século XX, com iniciativas como as "escolas noturnas" e campanhas de alfabetização. O público da EJA é heterogêneo, englobando jovens que abandonaram a escola precocemente, adultos que buscam melhores oportunidades no mercado de trabalho e idosos que desejam realizar o sonho de ler e escrever ou retomar os estudos. Características Gerais dos estudantes do EJA majoritariamente oriundos de camadas populares, trabalhadores ou em busca de emprego, muitos com histórico de repetência e evasão escolar. Mulheres são maioria em diversas turmas, jovens muitas vezes expulsos do ensino regular por idade, trabalho, gravidez precoce ou desinteresse pelo modelo tradicional.

O grupo fez aos participantes questionamentos como: qual você acredita ser o papel de um professor na criação de um ambiente educacional e acolhedor para jovens e adultos? De que forma você considera que podemos fazer a inclusão e trazer a diversidade em currículos e práticas pedagógicas para atender às necessidades de estudantes de diferentes idades e habilidades? Por fim, o grupo solicitou para que os



participantes deixassem um comentário sobre os desafios da educação de Jovens e Adultos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações desenvolvidas ao longo do projeto evidenciam a relevância da utilização de recursos digitais para a formação continuada de professores, especialmente em contextos que exigem estratégias inovadoras para garantir o acesso ao conhecimento. A intervenção realizada com a comunidade escolar, por meio de ambientes virtuais, demonstrou ser uma alternativa eficaz para a promoção do desenvolvimento profissional docente.

Entre as principais iniciativas implementadas, destacam-se: o planejamento e a execução da formação continuada em formato digital; a divulgação e inscrição dos participantes mediante formulários eletrônicos; a criação de uma comunidade virtual de aprendizagem por meio de plataformas como *WhatsApp* e *YouTube*; a promoção de debates sobre questões educacionais emergentes para o novo Plano Nacional de Educação no Brasil e na Argentina; o fortalecimento do 4º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Educação de Qualidade; e a avaliação do impacto dessas ações na profissionalização dos professores.

As atividades do projeto contemplaram professores de escolas públicas e privadas dos dois países (Brasil e Argentina), proporcionando capacitação, atualização profissional e melhoria da qualidade do ensino. Com uma carga horária total de 120 horas, as reuniões foram conduzidas de forma colaborativa, permitindo a participação em língua materna (português ou espanhol) e garantindo acessibilidade por meio de recursos como chat de suporte e legendas.

Dessa forma, os resultados obtidos reforçam a importância da formação continuada digital como instrumento de transformação educacional, capaz de atender às demandas contemporâneas e promover práticas pedagógicas alinhadas aos desafios atuais.



Recomenda-se a continuidade e ampliação de iniciativas semelhantes, consolidando a integração de tecnologias digitais na formação docente e fortalecendo a cooperação internacional entre instituições de ensino.

## AGRADECIMENTOS

As professoras coordenadoras, cuja dedicação e competência foram fundamentais para a execução deste projeto. Estendemos nossa gratidão às universidades parceiras – Universidade do Sul de Santa Catarina e Universidade Blas Pascal – pelo apoio institucional e pelas condições oferecidas para o desenvolvimento das atividades.

Agradecemos, igualmente, aos estudantes monitores, que desempenharam papel essencial no planejamento, organização e mediação das ações formativas, contribuindo com comprometimento e criatividade para a construção de um espaço colaborativo de aprendizagem.

Não poderíamos deixar de reconhecer a participação ativa dos professores da educação básica do Brasil e da Argentina, que confiaram no projeto e se engajaram nas discussões e atividades propostas, enriquecendo o processo com suas experiências e reflexões.

Por fim, expressamos nosso apreço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização desta iniciativa, reafirmando que este trabalho é resultado do esforço coletivo em prol de uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade.

## REFERÊNCIAS

BARROS, MENDONÇA. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUEZ, Ricardo. *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

BRASIL. AZEVEDO, Fernando de (red.). *A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo: Manifesto dos pioneiros da Educação Nova*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.



BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 4 set. 2025.

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o atendimento educacional especializado...** Diário Oficial da União: Brasília, DF, 18 set. 2008. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6571-17-setembro-2008-580775-publicacaooriginal-103645-pe.html>. Acesso em: 4 set. 2025.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. 134, n. 248, Seção 1, p. 27834–27841, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 4 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 4 set. 2025.

CASTELLS, M. (1999). *A sociedade em rede*. Paz e Terra. Levy, P. (1998). *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. LOYOLA. MINHOTO, P., MEIRINHOS, M. (2022). As redes sociais na promoção da aprendizagem colaborativa: um estudo no ensino secundário. *Educação, Formação & Tecnologias*, 4(2), 25-34. Disponível em: < <https://core.ac.uk/download/pdf/230518106.pdf> >. Acesso em: 29 ago. 2025.

EL PAÍS. **A pobreza baixa na Argentina de 53% para 38% após controle da inflação.** 2025. Disponível em: <https://elpais.com/argentina/2025-03-31/la-pobreza-baja-en-argentina-del-53-al-38-tras-el-freno-a-la-inflacion.html>. Acesso em: 14 maio 2025.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Pobreza, desigualdade e o potencial das escolas públicas.** 2023. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/noticias/pobreza-desigualdade-e-o-potencial-das-escolas-publicas/>. Acesso em: 14 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: resultados preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: Censo Demográfico 2022. Acesso em: 07 ab. 2025.

INSTITUTO UNIBANCO. **Pobreza, fome e desigualdade social: impactos na educação do Brasil.** 2022. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/pobreza-fome-e-desigualdade-social-impactos-na-educacao-do-brasil>. Acesso em: 14 maio 2025.



LEME, M. I. S.; BARROSO, D. T. **Pobreza e políticas públicas na educação brasileira**. Revista Kairós, São Paulo, v. 27, n. 1, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/8BFXyRfRdVDYkLvvgKdMwxQ>. Acesso em: 14 maio 2025.

NAÇÕES UNIDAS (2018). *A Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma oportunidade para a América Latina e o Caribe* (LC/G.2681-P/Rev.3), Santiago. Pacheco, J. A. (2016). Hacia la noción de transformación curricular. *Cadernos de Pesquisa* 150 (46).

PIMENTA, S. (2012). *Conocimiento pedagógico y actividad docente*. Corte. Plano Nacional de Educação (PNE) (2001). *Lei Federal nº 10.172, de 9/01/2001*. Brasília: MEC. Rodrigues, M. U., Silva, L. D., Miskulin, R.G.S. (2017). Conceito de Comunidade de Prática: uma mirada à pesquisa na área de Educação e Ensino no Brasil. *Revista de Educação Matemática*, 16(14), 16-33. Disponível em: <https://www.revistasbemsp.com.br/index.php/REMat-SP/article/view/31>. Acesso em: 29 ago. 2025.

ROMANÓ, R. S. (2003). Ambientes Virtuais para a Aprendizagem Colaborativa na Educação Primária. *ATHENA, Revista Científica de Educação*, 2(2), 73-88.

SACRISTÁN, G. E PÉREZ GÓMEZ, A. (2000). *Compreender e transformar o ensino - Os professores como planejadores*. PoA: ARTMED. Solórzano-Cahuana, Haydee Roxana (2021). Aprendizagem colaborativa nos ambientes virtuais. *Polo do Conhecimento* 43(6), 46-70.

UNESCO. *Reimaginar juntos nosso futuro: um novo contrato social para a educação*. Paris/FR, 2021. 188p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/search/1dcfb9ce-2b33-4b34-a60d-1cf9b1185106>. Acesso em: 29 ago. 2025.

